

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF  
CENTRO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA – CEAD  
HISTÓRIA E CULTURA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO  
POLO MARIANA

VIRGÍNIA MARIA LIMA REZENDE LAVARINI

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
PROJETO DE INTERVENÇÃO

BELO HORIZONTE/MG  
2019

VIRGÍNIA MARIA LIMA REZENDE LAVARINI

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
PROJETO DE INTERVENÇÃO

Trabalho apresentado para a conclusão do curso de Especialização *lato sensu* em História e Cultura no Brasil Contemporâneo da Universidade Federal de Juiz de Fora – Centro de Educação à Distância (UFJF/CEAD).

Polo: Mariana

Prof. Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti

Profa.Tutora: Profa.Valéria Alves Guimarães

BELO HORIZONTE/MG  
2019

Lavarini, Virgínia Maria Lima Rezende.

Patrimônio cultural no Brasil : Preservação e o papel da Educação Patrimonial / Virgínia Maria Lima Rezende Lavarini. -2019.

12 f.

Orientador: Rodrigo Christofolletti

Coorientador: Rodrigo Christofolletti

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Especialização em História e Cultura no Brasil Contemporâneo, 2019.

1. Educação Patrimonial. 2. Patrimônio. I. Christofolletti, Rodrigo, orient. II. Christofolletti, Rodrigo, coorient. III. Título.

## **Tema: Patrimônio Cultural no Brasil**

### **Patrimônio Cultural no Brasil: Preservação e o papel da Educação Patrimonial.**

O Brasil é um país de cultura diversa e riquíssima, que chama a atenção do mundo todo para as belezas naturais e bens culturais. Apesar dessas riquezas, as questões voltadas à memória e as suas relações com o patrimônio cultural ainda estão pouco abordadas nos currículos escolares e planejamentos, além de haver uma lacuna quando se trata de ações de preservação. Os patrimônios culturais ainda estão sujeitos a diversas ameaças, como a destruição, a negligência, a degeneração, devido ao mau uso, à falta de preservação, a processos de urbanização e exploração turística mal planejadas, além do desconhecimento e desvalorização dos bens culturais imateriais. As políticas públicas e os órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio têm suas atribuições, mas as ações efetivas ainda são insuficientes ou pouco eficazes. Exemplos disso são o incêndio no Museu Nacional do Rio de Janeiro em setembro de 2018 e o incêndio na Igreja Nossa Senhora do Rosário em Ouro Preto no dia 11 de março entre tantos outros. O trabalho com as questões que envolvem os bens patrimoniais vem se aproximando, ainda de forma tímida, das instituições de ensino através de propostas curriculares, porém não é um assunto que tem sido abordado em todas as disciplinas, mesmo sabendo-se que é um tema interdisciplinar, em que todas as áreas do conhecimento podem contribuir, tornando-o mais prático e amplo, colaborando para a formação humana integral. Qual é a responsabilidade das diversas esferas sociais na preservação do nosso patrimônio? Qual o papel da Educação Patrimonial nesse processo? Como funcionam, quais os mecanismos legais da Educação Patrimonial? É possível ampliar o alcance das políticas de patrimônio através da Educação Patrimonial?

Diante de tais questionamentos, portanto, nesse trabalho de pesquisa, procurou-se encontrar as respostas voltando o olhar para a educação básica do estado de Minas Gerais, suas diretrizes educacionais, sua aplicação e prática. A ideia foi levantar a importância e a viabilização previstas nessas diretrizes e a partir dessa leitura e análise, propor um projeto de intervenção que esteja alinhado com essas bases.

O IPHAN é responsável pela política de patrimônio cultural em nível nacional e entende a Educação Patrimonial como sendo:

“os processos educativos formais e não-formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais em todas as suas manifestações, com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação.”

Em primeiro lugar, é necessário que seja repensado o papel da educação patrimonial que atualmente fica sob a responsabilidade do IPHAN. Para que haja uma difusão maior das atividades da educação patrimonial é necessário que haja uma intercessão com as entidades de educação como as secretarias estaduais e municipais de educação, a criação de diretrizes para que a educação patrimonial possa fazer parte dos currículos através de temas transversais e assim, possa colaborar para o reconhecimento, a valorização e preservação dos bens culturais. As expressões de arte e cultura, têm suas linguagens próprias, cada qual com sua história, que por sua vez, remetem a outras histórias e a outros conhecimentos que podem ser repensados e trabalhados de maneiras diversas em uma perspectiva ampla e transdisciplinar. A abordagem educacional transdisciplinar busca criar uma articulação entre os saberes, atravessando o campo das disciplinas afim de favorecer um conhecimento amplo, integrado, inclusivo e integral.

É necessário facilitar o acesso da população a partir da experiência e do contato direto com as manifestações da cultura, sejam elas materiais ou imateriais, afim de favorecer o conhecimento, apropriação e valorização do patrimônio cultural com o objetivo de ampliar saberes e a produção de novos conhecimentos, o sentimento de pertença e o desejo da preservação. É preciso que essas questões sejam trabalhadas na escola, envolvendo saberes diferenciados e complementares: o fazer, o ver, o apreciar, o conhecer e o contextualizar, favorecendo a capacidade de estabelecer relações.

Nesse sentido, a educação patrimonial tem um papel fundamental de aproximar os bens culturais e a sociedade. Portanto, para viabilizar e facilitar esse contato é preciso ampliar as parcerias entre as secretarias de educação e museus, espaços de cultura de um modo geral.

Para pesquisar sobre as políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, utilizarei os textos trabalhados na disciplina de Patrimônio Cultural que destacam as diretrizes da preservação do patrimônio cultural no Brasil. Paula Porta e Márcia

Chuva trazem um apanhado das práticas e políticas de preservação do patrimônio cultural. O Guia Básico de Educação Patrimonial de Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro traz inúmeras informações sobre as diretrizes e ações da educação patrimonial.

A ideia de utilizar a bibliografia acima é fazer uma análise das políticas e diretrizes de preservação de uma maneira geral. Como são conduzidas as ações de preservação estabelecidas através de tais diretrizes.

A partir daí, farei uma pesquisa sobre as diretrizes educacionais que tratam da aplicabilidade das políticas de preservação através da educação patrimonial. Para tanto, farei uma pesquisa nos documentos tais como a BNCC, o Currículo de referência do Estado de Minas Gerais, os Parâmetros Curriculares e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Para fazer um contraponto da legislação vigente com as ações pesquisarei o que consta na Constituição e a regulamentação sobre a educação patrimonial.

Para complementar minha pesquisa utilizarei o portal do IPHAN que traz inúmeras informações complementares sobre ações de preservação do patrimônio.

O Projeto de Intervenção será voltado para os alunos do ensino médio da escola em que atuo como professora de História com o objetivo de colaborar para o reconhecimento, valorização de bens culturais contribuindo para a preservação do patrimônio da cidade. A Escola Estadual Professora Alaíde Lisboa de Oliveira fica em Belo Horizonte, no Bairro Taquaril, região próxima ao centro, porém de grande vulnerabilidade social. Em grande parte, esses alunos não se identificam com os bens culturais da cidade, não sentem pertencimento, não usufruem e conseqüentemente não cuidam. A ideia é fazer um trabalho, ancorado na educação patrimonial e de acordo com as diretrizes educacionais vigentes, de aproximação desses jovens com os bens culturais da cidade. As atividades pedagógicas sobre o patrimônio cultural realizadas nas aulas de história serão desenvolvidas a partir do diálogo com outras disciplinas, visando ampliar a compreensão dos alunos a respeito do tema.

Para esse trabalho, será feita uma visitação patrimonial ao Circuito Cultural da Praça da Liberdade. A Praça da Liberdade, além de ser um local turístico, é um marco histórico, pois remete à construção da cidade, capital republicana. Os objetivos são desvendar e conhecer a história de Belo Horizonte e de Minas Gerais no início do século XX, identificar elementos da história do Brasil republicano e situar Minas

Gerais e Belo Horizonte nesse contexto. Conhecer a história de Belo Horizonte, capital idealizada e planejada pelas elites políticas. Conhecer a arquitetura modernista. Analisar o contexto geográfico da Praça da Liberdade para a cidade recém-inaugurada. Compreender a importância política, econômica e social de Belo Horizonte no cenário nacional desse período. A perspectiva desse projeto de intervenção, portanto, a história e a educação patrimonial dialogam com a sociologia, filosofia, geografia, língua portuguesa e matemática em uma proposta pedagógica transdisciplinar.

No entorno da Praça da Liberdade, estão diversos prédios que constituem um acervo a céu aberto. Durante a visita, os alunos serão incentivados a refletirem sobre as marcas da História no espaço. Na sequência, serão incentivados a fazerem uma pesquisa sobre o espaço. Será disponibilizada aos alunos uma ficha/roteiro no modelo retirado de *O Guia básico da Educação Patrimonial* (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 2000), referido na bibliografia.

A partir do que foi observado e discutido pelos alunos, ampliaremos o tema para outros momentos históricos, relacionando-o com o crescimento da cidade, o tombamento, a transformação em circuito cultural. Para isso utilizaremos pesquisas na internet, jornais, revistas com o objetivo de catalogar informações relevantes sobre o processo histórico daquele determinado local. As informações trazidas pelos alunos serão discutidas e trabalhadas em uma perspectiva transdisciplinar, ampliando o trabalho para diversas abordagens disciplinares e fazendo conexões entre elas.

Na Geografia, o seu estudo surge na perspectiva de explicar as relações do homem e suas implicações no espaço. Serão analisados aspectos como o espaço geográfico da região de Belo Horizonte, espaço previamente escolhido pelos arquitetos da época da construção da cidade planejada devido as suas particularidades como relevo, clima e posição central no estado. A partir daí, pensar as mudanças no espaço desde a fundação da capital planejada até a contemporaneidade, as transformações trazidas pelo progresso analisando suas consequências. Poderá ser feito um trabalho de pesquisa e posteriormente a confecção de mapas interativos, utilizando recursos digitais. A matemática espacial, geometria poderão ser trabalhados na observação da arquitetura da capital planejada, utilizando documentos históricos como os esboços do planejamento. Poderão ser trabalhadas habilidades como o dimensões, escalas, formas

geométricas e medições. Pensando na educação patrimonial, em diálogo com a história, a geografia poderá levantar questões sobre como o espaço do Circuito Cultural da Praça da Liberdade é conhecido e usufruído pelos alunos como espaço histórico, de memória e também de lazer. O objetivo é aproximar os alunos desses espaços, favorecendo a identificação deles com os bens culturais da cidade. A sociologia vai dialogar com os saberes acima mencionados de forma transversal, abrindo a debate sobre as consequências do crescimento da cidade e os impactos na vida do cidadão, além de levantar questões sobre a desigualdade regional da cidade e onde estão localizados os espaços de lazer e cultura. Nessa perspectiva pode se levantar questões como quem utiliza esses espaços, como esses espaços são elitizados e a necessidade de popularizar os espaços de cultura da cidade. O diálogo com a filosofia, será feito levantando um debate sobre a importância da valorização das diversas manifestações culturais fazendo uma ponte entre passado/presente. Em língua portuguesa poderão ser utilizados diversos textos sobre os assuntos mencionados acima, trabalhando a interpretação de texto, inferência e produção de texto.

Essas propostas de trabalho, poderão compor um momento de culminância, como uma feira de cultura, envolvendo toda a comunidade escolar, ampliando, assim, o alcance das reflexões trabalhadas no ambiente escolar.

A Constituição de 1988 trouxe grandes avanços no que diz respeito ao reconhecimento e valorização da diversidade cultural brasileira, através não somente do reconhecimento de bens materiais mas também de bens imateriais, aspectos da tradição que carregam a identidade do povo brasileiro. Segundo a Constituição de 1988:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O texto constitucional também traz avanços no que diz respeito a preservação. A responsabilidade é atribuída ao poder público e privado, mas também à sociedade como um todo. Como está expresso:

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

De acordo com esse entendimento, todos os agentes sociais são co-responsáveis pela preservação do patrimônio, seja de maneira direta ou indireta, constitui-se uma prática política de diferentes grupos sociais.

Na Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012, reforça-se a ideia de que deve haver uma complementariedade de ações de todos os setores sociais no que tange a preservação. Traz, também, no inciso 4º, a liberdade para os estados e municípios estabelecerem suas diretrizes próprias. Como exposto no inciso 4: “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias”.

No estado de Minas houve a criação do órgão Estadual de proteção do patrimônio cultural – o IEPHA/MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (criado em setembro de 1971). Uma das funções do IEPHA é trabalhar pelo desenvolvimento e aprimoramento das atividades de educação Patrimonial no estado de Minas Gerais.

Entendendo a preservação do patrimônio culturais como responsabilidade de todos, a educação patrimonial desponta como um caminho essencial de trabalho permanente que envolva a sensibilização, o reconhecimento e a valorização da produção cultural de uma comunidade ou de um grupo social. A educação patrimonial deve nortear as ações e projetos com métodos, práticas e objetivos pedagógicos afim de provocarem sentimentos, reflexões e incentivar ações de manutenção e preservação.

O Guia Básico de Educação Patrimonial (1999), publicação do IPHAN, coordenado pela professora Maria de Lourdes Parreiras Horta, com contribuições de Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro especifica vários conceitos, princípios

metodológicos e experiências baseados na Educação Patrimonial. Segundo a publicação:

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

No Brasil, o documento que aponta as diretrizes educacionais a serem implementadas é a BNCC, Base Nacional Comum Curricular. O documento apresenta os conhecimentos, competências e habilidades consideradas essenciais no processo de aprendizado dos estudantes brasileiros ao longo da educação básica e serve como referência para a formulação dos currículos dos sistemas e das Redes de Ensino.

A BNCC é um documento norteador no qual os currículos devem ser apoiados. O que a BNCC traz a respeito da educação patrimonial?

A BNCC trabalha com a valorização da cultura como campo de experiências e como uma das competências para o ensino fundamental:

Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas (BNCC, 2017, p.65).

O Patrimônio aparece novamente como objeto de conhecimento no componente curricular de artes do ensino fundamental, sendo destacadas as habilidades a serem trabalhadas:

Conhecer e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo-se suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas (BNCC, 2017, p. 203).

No componente de Educação Física para o Ensino fundamental são destacadas as seguintes habilidades:

Descrever, por meio de múltiplas linguagens (corporal, oral, escrita, audiovisual), as brincadeiras e os jogos populares do Brasil e de matriz indígena e africana, explicando suas características e a importância desse patrimônio histórico cultural na preservação das diferentes culturas (BNCC, 2017, p.229).

O tema é tratado diversas vezes, em vários componentes curriculares e destacando diversas habilidades.

Em História, as habilidades consistem em:

Para o 3º ano: “Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados”(BNCC, 2017, p. 411)

Para o 5º ano: “Inventariar os patrimônios materiais e imateriais da humanidade e analisar mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo”. (BNCC, 2017, p. 415)

Quando se trata das diretrizes do estado de Minas Gerais, o documento específico é o Currículo Referência de Minas Gerais que é na Constituição Federal (CF/1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), no Plano Nacional de Educação (PNE/2014), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017).

A questão da educação patrimonial é tratada de maneira bastante ampla, sendo mencionada como direitos de aprendizagem e competências específicas em vários ciclos da educação, desde a educação infantil até o ensino médio.

Mas como implementar ações concretas de desenvolvimento de atividades para que as políticas se concretizem dentro das salas de aula?

Como foi exposto, a educação patrimonial é um direito e um dever. As ações devem ser implementadas de maneira transdisciplinar nas escolas. Os currículos escolares, de acordo com a BNCC e o Currículo referência do estado de Minas Gerais tratam a questão como eixo temático de vários componentes curriculares e ressalta as habilidades a serem adquiridas. Portanto, deve haver um planejamento escolar, com sequências didáticas estruturadas com esse objetivo.

## **Considerações Finais**

A preservação do patrimônio é necessária para a memória e para a história no sentido da construção da identidade de uma coletividade. De acordo com a Constituição Brasileira (1988), é um dever do estado e da sociedade. Nesse sentido, a educação patrimonial tem um papel fundamental que é o diminuir as distâncias entre os indivíduos e as manifestações culturais promovendo a apropriação, reconhecimento e valorização do seu patrimônio, seja material ou imaterial. Conhecer e valorizar o patrimônio cultural, a partir de ações voltadas ao ensino, em instituições como museus, secretaria de cultura e, sobretudo, escolas, torna-se fundamental, pois, ao aproximar a comunidade dos bens culturais da cidade, através da educação patrimonial, ressaltando o seu significado e sua relevância, é possível fortalecer o sentimento de pertencimento, compreensão e respeito das diferentes culturas e de suas formas de manifestação. O processo educativo, deve ser feito de maneira contínua em um trabalho integrado, amplo, transdisciplinar, de acordo com as diretrizes educacionais brasileiras, como a LDB (1996), Os PCN (2000), a BNCC (2018) e o Currículo Referência de Minas Gerais (2018). A educação patrimonial atua na problematização, na provocação e na construção de uma consciência de valorização e preservação do patrimônio. Na prática, para que isso seja viável, é necessário que haja apoio do poder público, envolvimento da comunidade e, de modo imprescindível, das instituições de ensino através de um planejamento escolar, com sequências didáticas estruturadas voltadas para a educação patrimonial. É preciso apresentar aos educandos possibilidades de interação, participação, convívio, experimentação desses bens culturais, promovendo uma relação mais próxima com o patrimônio, afim de sensibilizá-los para a valorização e preservação.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, Senado, 1988.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, SEB, 2017. Disponível em: Acesso em: 16/05/2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: Acesso em: 28 jun. 2018. ]

\_\_\_\_\_. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: Acesso em: 10 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia, v. 5. 2ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 166 p.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, p. 1-15, 2012.

Currículo Referência de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: < <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/20181012%20-%20Currículo%20Referência%20de%20Minas%20Gerais%20vFinal.pdf>>. Acesso em 13 abril 2019.

Educação Patrimonial Programa Mais Educação. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\\_EducPatrimonialProgramaMaisEducao\\_fas1\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducao_fas1_m.pdf). Acesso em 24 março 2019.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 2000.

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010**. Brasília, DF: Iphan/Monumenta, 2012.

